

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº\_\_\_\_, DE 2003

(Do Senador Antonio Carlos Valadares)

*Institui diretriz sobre a utilização de fontes energéticas a ser observada pelos Municípios na implementação da política de desenvolvimento urbano.*

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Constitui diretriz para o desenvolvimento urbano o estabelecimento, pelos Municípios, das normas de utilização de fontes energéticas nas edificações sob sua jurisdição.

§ 1º As normas de que trata o **caput** estabelecerão a obrigatoriedade de que as instalações hidráulicas das edificações de uso coletivo, privadas e públicas, utilizem da energia solar como fonte de aquecimento.

§ 2º A exigência de que trata o § 1º poderá ser estendida às residências unifamiliares se assim dispuser a norma municipal.

**Art. 2º** A diretriz instituída por esta lei é de terminante para os Municípios com população superior a trinta mil habitantes e facultativa para os demais.

**Art. 3º** Os Municípios que não atenderem ao disposto no art 1º não poderão, enquanto perdurar o inadimplemento:

I – receber transferências voluntárias de recursos da União ou dos Estados;

II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente federativo, nos casos de financiamentos de agências internacionais.

**Art. 4º** A concessão de financiamentos públicos ou sob a gestão de instituições federais fica condicionada ao atendimento do disposto nesta lei.

**Art. 5º** Competirá aos Municípios, no âmbito da respectiva jurisdição, suplementar esta lei em atendimento às peculiaridades locais.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em meio à crise no setor elétrico que assola o Brasil, chama a atenção o papel negativo dos chuveiros elétricos residenciais nos gráficos de consumo. Segundo os técnicos do setor, esses equipamentos são responsáveis por 33% do consumo de uma casa e por 9% do consumo nacional de energia elétrica. Além do elevado consumo energético, a utilização de chuveiros elétricos ocorre predominantemente nos horários de pico, exatamente quando os sistemas tendem a operar no limite de sua capacidade.

Não resta dúvida, portanto, de que deve constituir prioridade nacional a substituição desse modelo perdulário de consumo. Nesse sentido, sobressai a importância da energia solar, fartamente disponível em todo o País e lamentavelmente pouco utilizada. Se considerarmos que o uso da energia solar apenas como sistema de aquecimento de água para banho já ensejaria uma economia de cerca de um terço nas contas domésticas de luz, não é difícil concluir que os custos aparentemente elevados para a implantação do sistema são amortizados em pouco tempo e representam benefício permanente.

No entanto, embora um dos objetivos da Política Energética Nacional, disposto no art. 1º, VIII da Lei n º 9.478, de 6 de agosto de 1997, seja exatamente o de “utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das

tecnologias aplicáveis”, sua efetiva aplicação depende, em grande parte, do poder normativo municipal.

Por essa razão, valendo-se das prerrogativas de estabelecer as diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano e de legislar privativamente sobre energia (arts. 21, XX, e 22, IV, da CF), a União deve dispor sobre a matéria no sentido de atender ao mais elevado interesse público. E esse o objetivo da proposição que ora apresentamos.

Deixou-se, por mais adequado, ao discernimento dos entes municipais o estabelecimento das normas peculiares que melhor contemplem a realidade local. Ainda assim, a obrigação proposta alcança apenas os Municípios com população superior a trinta mil habitantes, dadas as dificuldades que os núcleos urbanos de menor população teriam para cumpri-la. Para esses, o cumprimento da diretriz que se propõe instituir tem caráter facultativo.

São essas as razões que justificam a presente proposição para a qual esperamos contar com o apoio dos ilustres membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**  
PSB-SE